



Projeto Educativo

“Ser Criança no sec. XXI

Aprender, Brincar e Crescer nos Valores”

2021-2024

ÍNDICE

1. Preâmbulo	3
2. A nossa Visão/Missão	5
2.1. A nossa Visão	5
2.2. A Missão	5
3. Quem somos	7
3.1. A nossa História	7
3.2. Caracterização da Instituição	9
3.2.1. Casa de Acolhimento	10
3.2.2 Ensino Pré-Escolar (EPE)	11
3.2.3 Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico (1.º CEB)	11
3.2.4 Creche	12
3.2.5 Outros recursos humanos	12
3.2.6 Professor Titular de Turma	12
3.2.7 Educadora de Grupo	13
3.2.8 Conselho de Docentes	13
3.3 Projeto Educativo	13
3.4 O nosso Projeto	14
3.4.1 Caracterização familiar das crianças /jovens	16
3.4.2 Caracterização familiar das crianças que frequentam as valências de Creche, do Ensino Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.	16
3.4.3 Caracterização familiar das crianças/jovens da Casa de Acolhimento	21
4. Enquadramento Teórico	30
4.1. Ser criança no sec. XXI	30
4.1.1 Perfil do aluno	32
4.1.2 Novas tecnologias	33
4.2 Aprender/Brincar	34
4.2.1 Brincar no sex. XX e no sec. XXI	36
4.2.2 Transformações que podemos fazer	36
4.3. Finalidades do Projeto Educativo	37
4.3.1 Objetivos Educativos	38
4.3.2 Crescer nos valores a aprender e brincar	39

4.3.4 Avaliação	39
5. Metas e Prioridades	41
5.1. Linhas Orientadoras	43
5.2. Objetivos	44
5.3 Estratégias	45
5.3.1 A Estratégia da Qualidade	47
5.3.2 Política da Qualidade	47
6. Organização	48
6.1 Oferta Curricular 1.º ciclo do Ensino Básico	48
6.2 Oferta Curricular do Ensino Pré-Escolar	48
6.3 Atividade de Complemento Curricular	48
6.4 Métodos de Ensino	49
6.5 A Avaliação dos Alunos	49
6.6 Organização do Processo de Ensino (distribuição do Serviço Docente)	50
6.7 Organização do Tempo Escolar	50
6.8 Organização do Espaço Escolar	50
6.9 Articulação entre Educadoras e Professoras	51
6.10 Organização das Turmas	51
6.11 A Avaliação do desempenho docente	52
7. O Plano Anual de Atividades	52
8. Divulgação do Projeto Educativo	52
9. Avaliação e Atualização do Projeto Educativo	53
10. Conclusão	53
11. Bibliografia	54

1 Preâmbulo

O Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, pelo Decreto-lei n.º 553/80, de 21 de novembro, já previa a existência de um Projeto Educativo para cada estabelecimento de ensino particular (Artigo 33).

A elaboração de um Projeto Educativo pretende proceder à reorganização da rede escolar de modo a garantir e reforçar a coerência do projeto educativo e a qualidade pedagógica das diferentes valências, bem como a proporcionar aos alunos um percurso sequencial e articulado e, desse modo, favorecer a transição adequada entre os diferentes níveis e ciclos de ensino, tal como está consagrado no Decreto Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

O Projeto Educativo de Estabelecimento deve, sobretudo, projetar-se para o futuro. Trata-se de elaborar um plano de ação que, assimilando os recursos e as experiências já existentes, vá assegurar uma maior dinâmica da Escola, a médio e a longo prazo.

Sabendo que o Projeto Educativo de Estabelecimento será mais eficaz quanto resultar da participação e empenho de todos aqueles que procurem otimizar as condições de trabalho do nosso estabelecimento de ensino, pretendemos, assim, construir um projeto educativo que espelhe a estrutura orgânica e funcional da instituição e projete as possibilidades de resolução das dificuldades sentidas por todos os intervenientes no processo educativo.

Pretende-se também que funcione como canal de comunicação entre os vários parceiros educativos como difusor de informação, de forma a apresentar claramente a escola que somos e que queremos ser. Torna-se, portanto, num meio para rentabilizar os seus recursos educativos passando, deste modo, de uma gestão meramente burocrática a uma gestão estratégica do sistema que possa gerir o imprevisível, construir a mudança e preparar o futuro.

Em síntese, o Projeto Educativo mostra sobre o quê, e como, a escola refletiu os seus problemas, definindo posteriormente o plano de ação que pretende desenvolver para melhorar a qualidade do serviço que presta.

A escola deve ser um lugar atraente, um espaço e um tempo estimuladores de aprendizagem. Para tornar mais aliciante e benéfica a experiência escolar importa valorizar a educação no referido contexto, não apenas como meio de preparação para

o futuro, mas como experiência atual de vida, aumentando a satisfação e o gosto pelas atividades e trabalhos escolares, tornando-a uma vivência positiva e enriquecedora.

O sentido de ligação afetiva à escola - o espírito de escola e respetiva cultura - enquanto comunidade, espaço de convivência social e tempo de aprendizagem cívica, constitui-se como principal preocupação visando contribuir para aumentar o prazer de nela permanecer. A operacionalização de tais pressupostos verificar-se-á:

- a) Nos **Projetos**¹, como via localmente contextualizada para dar cumprimento aos currículos e programas nacionais, através da definição dos princípios orientadores e metodológicos das práticas educativas, das competências essenciais e metas de aprendizagem, dos critérios de avaliação, das medidas de apoio educativo, dos projetos de área – escola e área de projeto e das atividades de complemento curricular;
- b) No **Regulamento Interno** que define os direitos e deveres dos diversos parceiros da comunidade escolar, bem como o conjunto de regras, normas e processos pelos quais se orienta a ação dos diferentes órgãos de gestão e administração da escola;
- c) No **Plano Anual de Atividades**, documento de planificação específica e de execução de todas as atividades da organização escolar, no âmbito administrativo e pedagógico;
- d) No **Relatório Anual de Atividades**, elemento de avaliação do Plano de Atividades, que permite o relançamento constante do Projeto, através da correção de desvios, introduzindo novas programações e fazendo o balanço das etapas já realizadas.

Finalmente, não deverá este documento ser visto como o resultado do cumprimento de uma obrigação ou da adesão a uma moda passageira, nem muito menos como uma tarefa acabada, mas antes como um fator de convergência de vontades, como algo a (re) construir e a aperfeiçoar num processo contínuo, (re) definindo metas e estratégias orientadoras da ação escolar, a que todos, sem exceção, se deverão sentir obrigados e de que todos se deverão considerar coautores e corresponsáveis.

¹ Creche – Projeto Pedagógico | Ensino Pré Escolar – Projeto de Grupo | 1.º ciclo – Plano de Turma

2 A nossa Visão/ Missão

2.1 A nossa Visão

A conceção e implementação de políticas de desenvolvimento local, em termos de projetos e de atividades, pela sua natureza e alcance serão cada vez mais emergentes como mecanismos/respostas que asseguram a coesão social, a animação comunitária e a sustentabilidade territorial.

A par da corresponsabilização de todos os atores e parceiros do desenvolvimento local será fundamental a envolvência e a participação livre e solidária de todos os cidadãos, como principais agentes de mudança.

Os serviços de proximidade, o trabalho em rede, as parcerias, a gestão correta dos mesmos, a procura do bem-estar e de maiores níveis de qualidade de vida das populações serão metas que todos pretendemos alcançar.

Assim temos como visão:

- a) Assumirmo-nos e distinguirmo-nos como organização de referência a nível local e regional através de respostas sociais, culturais e formativas ajustadas às necessidades e exigências do tecido socioeconómico e cultural das populações e territórios que servimos.
- b) Contribuir para que populações e territórios que representamos atinjam níveis de vida e bem-estar, de forma a ligar populações aos seus territórios como quadro de referência de vida que pretendemos preservar.
- c) Promover e valorizar os recursos endógenos, relevando a importância do património, do ambiente e da paisagem.

2.2 A Missão

A Missão define a filosofia organizacional da Instituição. Visa garantir o desenvolvimento do processo educacional, à luz dos princípios éticos e cristãos. Aposta na formação harmoniosa e integral das Crianças e Jovens, através de uma pedagogia inovadora contribuindo para a formação de cidadãos solidários, abertos aos novos desafios do mundo em constante mutação.

Tendo em conta a missão anteriormente descrita, é filosofia da Instituição orientar-se por valores que lhe são comuns e partilhados por todos os funcionários. Todas as

peessoas envolvidas devem estar conscientes que o seu comportamento é exemplo determinante para a prossecução dos objetivos a que a Instituição se propõe. Nesse sentido estabelecem-se os seguintes valores que fundamentam a atuação da Instituição como princípios orientadores da sua conduta.

a) **Princípio do respeito pelo interesse da criança/Jovem** - e consequente personalização do atendimento. Atendendo ao caráter único e específico de cada caso valorizado o processo de comunicação com a criança, estabelecido de forma calma, carinhosa, segura e sensível aos seus sentimentos ou necessidades pessoais.

b) **Princípio da prevalência da família** – no sentido de potenciar as medidas que concorrem para a integração da criança e/ ou jovem na família, como forma de evitar a rutura dos laços familiares.

c) **Princípio da Justiça, Verdade, Amor, Paz e Confiança** – A justiça, a Verdade, o Amor a Deus, à família, aos Colegas..., a Paz e a Confiança são valores básicos e fundamentais sobre os quais assentam todas as nossas relações.

d) **Princípio do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade Humana:**

- **O direito à Liberdade** compreende, entre outros aspetos: o direito de opinião e expressão, a participação na vida comunitária e a participação política.

- **O direito ao respeito** consiste na inviolabilidade da integridade física, psicológica, moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, das ideias, das crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

É dever de todos zelar pela dignidade da criança e dos jovens, colocando-as a salvo de qualquer tratamento desumano, violento ou constrangedor.

3 Quem somos

3.1 A nossa História

A *Casa do Menino Deus*, cuja história tem o seu ponto de partida numa imagem do Menino Jesus Rei, remonta ao Séc. XVIII. Vittoria de Jesus, uma escrava negra, trabalhava numa loja de vendas dos seus amos, na Rua Direita da, então, Villa de Barcelos. Sendo muito piedosa e devota do Menino Jesus, a escrava Vittoria mandou esculpir a imagem do Menino Deus, entre os anos de 1704 e 1720, a qual ficou exposta na própria loja onde a escrava era apóstola.

Agraciadas por milagres, as pessoas levavam muitas ofertas ao Menino Deus. Em consequência da popularidade da imagem, a escrava Vittoria foi obrigada a colocá-la na Capela dos Terceiros. Porém, se até então a fama da milagrosa imagem do menino era grande, maior ficou e mais avultadas se tornaram as ofertas e as esmoladas.

Tendo já muitos donativos, Vittoria de Jesus solicita, em maio de 1721, ao Arcebispo de Braga, a construção de uma capela para o Menino Deus, o que lhe foi concedido a 6 de outubro de 1725. Contudo, a 10 de novembro do mesmo ano, a Ordem Terceira de S. Francisco opôs-se a tal concessão alegando, nomeadamente, não existir qualquer confraria do Menino Deus. Não obstante tais oposições, o Arcebispo confirma, em 1726, a licença anteriormente concedida à escrava que, entretanto, resolveu edificar não só a capela, mas também uma igreja e um convento.

Após a execução das obras, a 27 de setembro de 1733, a imagem do Menino Deus, foi trasladada processionalmente para a sua igreja.

Surge, então o Recolhimento das Escravas do Menino Deus, as quais levam uma vida de clausura, oração e penitência em honra do Menino Deus, cuja imagem guardavam.

A partir de 1834, com a extinção da Vida Religiosa em Portugal, os conventos de Freiras não poderiam receber novas candidatas, para assim se extinguirem naturalmente. O Recolhimento do Menino Deus, apesar de não ser um convento no vigor do termo, terá ressentido as mesmas consequências, pois, 60 anos mais tarde tinha apenas duas recolhidas.

Nesse mesmo ano, em 1893, as autoridades locais reconvertem o Recolhimento das Beatas numa instituição de carácter social a favor das crianças e jovens mantendo,

porém, as duas últimas recolhidas. O Recolhimento das Escravas do Menino Deus adquire, então, a denominação de Recolhimento e Asylo da Infância Desvalida do Menino Deus, da Villa de Barcelos, passando a integrar um internato de meninas (órfãs, pobres ou pensionistas, que eram integradas em regime de internato, semi-internato, ou em regime externo).

Em 1928, esta Instituição é confiada à Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, a quem é entregue em uso e administração passando, desde então, a designar-se “Casa do Menino Deus”.

Em 1929, a Venerável Ordem Terceira de São Francisco, suporte jurídico desta instituição, solicita para a sua direção interna as Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, as quais tomam posse deste novo campo de ação a 1 de novembro desse mesmo ano.

- A Casa do Menino Deus torna-se, então, um complexo de obras variadas de assistência social, que deixa de integrar somente o internato e dá lugar a várias obras sociais, nomeadamente:

- a) **Jardim de Infância D. António Barroso** – inaugurado em 1930 para crianças de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 3 e os 7 anos, às quais era servida uma refeição ao meio-dia;

- b) **Sopa dos Pobres** – iniciada em 1931, era servida a 112 inscritos, consistindo numa sopa e num bocado de pão. Em 1944, a refeição, que anteriormente era levada para casa, passou a ser servida no local de distribuição para evitar que fosse vendida a outros. Contudo, em 1955, voltam a levar a refeição para casa, por se considerar, nomeadamente, que a medida anteriormente adotada não favorecia a união familiar;

- c) **Sopa dos Desempregados** – foi servida de 1937 a 1955, às pessoas inscritas, de acordo com o número de pessoas do agregado familiar;

- d) **Atelier de Santa Isabel** – aberto em 1941, das 8h às 19h, onde mulheres e jovens do exterior, e também educandas internas, realizam trabalhos, principalmente de bordado;

- e) **Obra de Catequese** – funcionou diariamente, até 1951, para todas as crianças que aparecessem, organizando-se em três grupos: Primeira Comunhão, Perseverança e Comunhão Solene;

f) **Patronato de Santa Inês** – foi iniciado em 1942, com o objetivo de retirar crianças da rua, ao sair da Escola, dando-lhes “trabalhinhos, costura e catecismo”;

g) **Dispensário Antituberculoso** – situado no atual Campo 25 de abril, onde se deslocavam duas Irmãs, três manhãs por semana. Terminou em 1956.

h) **Presos** – de 1942 a 1946, confeccionando-lhes as refeições, e servindo-as nas grandes festas; a animação da Comunhão Pascal e devoções do mês de maio e de junho, assim como o arranjo da sua capela;

i) **Edição dos Anais** - de 1936 a 1968: redação e administração da revista mensal dos Anais das Franciscanas Missionárias de Maria e publicação de livros e de folhetos do instituto.

Com o passar do tempo diversas valências tornaram-se desnecessárias e foram realizadas várias obras de restauro e ampliação do edifício, deixando mais lugar à implementação da obra educativa.

3.2 Caracterização da Instituição

Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, IPSS registada sob o número 74/82 e NIPC número 500 851 093, sem fins lucrativos, com estatutos próprios e sede na Rua Dr. Manuel Pais, n.º 273, Barcelos é titular da Casa do Menino Deus.

A Gerência (diretor geral/diretora adjunta) representa a entidade titular na supervisão de todos os assuntos de natureza pedagógica, na gestão económica e laboral da *Casa do Menino Deus*.

A Direção Pedagógica é nomeada pela Gerência e homologada pelo Titular. Esta função é exercida por um Professor (a), no caso da Escola do 1.º Ciclo do Colégio da Casa do Menino Deus, por uma Educadora, no caso do Ensino Pré-Escolar da Casa do Menino Deus e por uma educadora na valência da Creche, sob supervisão da Gerência.

A Direção Técnica da Casa de Acolhimento segue o mesmo procedimento.

Área envolvente



Este é um concelho essencialmente rural, cujas atividades económicas principais são: a indústria cerâmica, a indústria têxtil, a agricultura e o comércio.

No espaço próximo existe um hospital público e dois hospitais particulares, clínicas de enfermagem, a Casa S. João de Deus – Instituição de Acolhimento de pessoas com deficiência mental, o estádio Municipal, o pavilhão Municipal, várias escolas básicas, secundárias e profissionais, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, grandes superfícies/cadeias comerciais, o parque da cidade, o centro histórico da cidade, os edifícios adstritos à gestão do Município, o célebre Campo da Feira e a zona ribeirinha do Cávado.

Por forma a responder às diversas necessidades da população bem como a dar continuidade à formação e ao desenvolvimento individual de cada criança e jovem, a Casa do Menino Deus dispõe, atualmente, de:

3.2.1 Casa de Acolhimento

A Casa de Acolhimento tem capacidade para acolher 45 crianças/jovens. As vagas disponíveis destinam-se, sobretudo, à admissão de crianças do sexo feminino com idades compreendidas entre os 4 meses e os 18 anos de idade, em situação de emergência, perigo ou negligência, que foram retiradas dos seus agregados familiares de origem por decisão das CPCJ's ou do Tribunal. Neste sentido, este espaço desenvolve toda a sua ação de forma a promover o bem-estar, o desenvolvimento

integral, uma cidadania ativa e a (re) integração familiar e social de cada criança e jovem ou a sua plena autonomia. As crianças e jovens podem permanecer até aos 18 anos na Casa de Acolhimento. Contudo, em casos especiais, ponderados e homologados pela Direção, poderão permanecer ainda até ao limite máximo de 25 anos completos (v.g. para terminar estudos de nível secundário ou formação profissional). A Casa organiza-se em três “Famílias”, tendo 18 quartos, com as respetivas casas de banho de apoio, duches, lavatórios, salas de convívio, salas de estudo, biblioteca, salas de arrumos, cozinha, lavandaria e uma copa de noite. Além disso, tem uma unidade de pré-autonomia com três quartos, com casa de banho individual, cozinha e espaços comuns.

3.2.2 Ensino Pré-Escolar (EPE)

O Ensino Pré-Escolar tem capacidade para 175 crianças, desde os três anos de idade até à entrada para o Primeiro Ciclo do Ensino Básico. O edifício conta com sete salas de atividades, sala de reuniões, gabinete médico, wc's, um campo de jogos exterior, dois parques infantis e um ginásio, cantina, refeitório e copa; conta ainda com o apoio da cozinha da Instituição e dos Serviços Administrativos.

3.2.3 Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico (1.º CEB)

O Colégio da Casa do Menino Deus é uma Escola Particular e Cooperativa, com capacidade para 192 alunos do 1.º Ciclo. A escola do Colégio da Casa do Menino Deus conta com oito salas de aula, sala de professores, salas de atendimento aos Pais e Encarregados de Educação, sala de informática, Biblioteca, Sala de Reuniões, Gabinete Médico, elevador para eventuais portadores de mobilidade reduzida, ginásio, balneários, wc's; conta ainda com o apoio de cantina, da cozinha da Instituição, dos refeitórios e dos Serviços Administrativos. Conta ainda com um edifício de apoio para Atividades de Complemento Curricular com Laboratório de Ciências Experimentais, Sala de Dança, Sala de Atividades de Complemento Curricular, um campo de jogos exterior e um espaço coberto de apoio ao recreio e às atividades.

3.2.4 Creche

A Creche tem capacidade para 100 crianças, com idades compreendidas entre os quatro meses e os três anos de idade. A creche conta com seis salas, uma copa de leites, fraldário, sala de amamentação, Sala de Reuniões, Refeitório, Sala de Atividades e Complemento Curricular, wc's, 1 parque infantil exterior, um campo de futebol, espaço para estacionamento dos carrinhos de bebés e espaço coberto de recreio.

3.2.5 Outros recursos humanos:

- Pessoal Docente/Técnico

Creche	EPE	1.º CEB	Casa de Acolhimento
6	6	12	5
Educadoras	Educadoras	Professoras	Técnicos

- Pessoal Não Docente

Creche	EPE	1.º CEB	Casa de Acolhimento	
14	6	4	18	
Ajud. Ação educativa	Ajud. Ação educativa	Ajud. Ação educativa	Ajud. Ação Educativa	
3	6	1	5	
S. Gerais	S. Gerais	S. Gerais	S. Gerais	
Receção	Cozinha	Despensa	Motorista	Serv. Administrativos
2	5	2	2	3

3.2.6 Professor Titular de Turma

O Professor Titular de Turma é o responsável pelo cumprimento dos currículos na sua Turma, avaliação dos alunos e supervisão pedagógica das Atividades de

Complemento Curricular. É o elo fundamental entre a escola e a família. Cabe-lhe promover os contactos frequentes, que possibilitam o intercâmbio das duas instituições. O Professor Titular de Turma tem um papel muito importante na formação e no acompanhamento dos alunos que lhe foram confiados.

3.2.7 Educadora de Grupo

No Ensino Pré-Escolar e na Creche, a Educadora trabalha em parceria com a família, apoiando-se nos princípios básicos de confiança, respeito, honestidade, solidariedade, partilha e verdade.

A Educadora, em contacto com a instituição familiar, promove o crescimento integral dos alunos e fomenta uma aprendizagem de afetos.

3.2.8 Conselho de Docentes

Este é um órgão que, sob a presidência da Coordenadora Pedagógica da Escola do Primeiro Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Pré-Escolar da Casa do Menino Deus, reúne todos os Professores Titulares de Turma/ Educadoras de Grupo para coordenação, planificação e execução de todas as atividades pedagógicas da respetiva valência.

O Conselho de Docentes reúne ordinariamente uma vez por mês para definição de metas, estudo e definição dos conteúdos – competências e desempenhos das áreas curriculares e não curriculares e definição do conteúdo do Planos de Turma / Projetos Próprios de Grupo considerados pertinentes, para a avaliação dos alunos, análise do estado de evolução da turma e ainda para a coordenação de outros projetos educativos e situações de natureza disciplinar.

3.3 Projeto Educativo

O Projeto Educativo apresenta-se como o documento essencial da política interna de uma Instituição, na medida em que define os objetivos e as metas a alcançar e identifica as principais áreas de intervenção e respetivas estratégias de implementação, em consequência das avaliações efetuadas e dos princípios e valores definidos e partilhados por toda a comunidade (Azevedo *et al.*, 2011). Neste sentido e

nesta Casa, o Projeto Educativo pretende ser um instrumento concretizador de toda a ação educativa para a nossa instituição, tendo como principal missão o alcance do sucesso escolar e educativo de todas as crianças e jovens que a frequentam.

A proposta deste Projeto resulta da análise do diagnóstico realizado às necessidades e preocupações de toda a comunidade educativa. Desta análise, surgiram quatro grandes temáticas cujo desenvolvimento é, igualmente, pertinente ao longo do próximo triénio. A saber: Mudar o presente...construir o futuro; Escola Ativa - inclusão, participação e intervenção na sociedade; Ser Criança no Século XXI - brincar, aprender e crescer nos valores; despertar a consciência para um presente e um futuro inclusivo e sustentável; os afetos na construção de um mundo justo e solidário.

3.4 O nosso Projeto

"A autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projeto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação às características e recursos da comunidade em que se insere"

(Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro)

A elaboração deste Projeto Educativo tem por base as normas legais associadas ao funcionamento do Sistema Educativo e um conjunto de princípios e valores que regem a Casa do Menino Deus. Este Projeto terá a duração de 3 anos e estará aberto a reformulações e revisões sempre que haja essa necessidade. Por fim, pretende a formalização de um compromisso entre toda a comunidade educativa para se otimizarem os objetivos, as estratégias, os recursos e os processos de avaliação com vista à formação integral de todas as crianças/jovens e ao desenvolvimento de todos os agentes educativos. O Projeto Educativo pretende funcionar em paralelo com entidades externas através do desenvolvimento de atividades curriculares e extracurriculares, bem como de atividades lúdicas recreativas programadas pelas equipas e sugeridas pelas crianças e jovens.

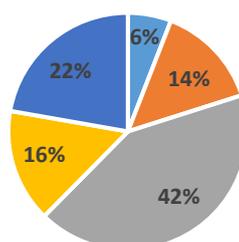
A população alvo da Casa do Menino Deus é composta, essencialmente, por isso crianças e jovens, integrados em diferentes valências e respostas sociais, em conformidade com as suas necessidades. A Creche, o Ensino Pré-Escolar, a Escola de 1.º Ciclo e a Casa de Acolhimento são a expressão da nossa oferta. Uma vez

concluído o triênio 2017-2021, sob o tema “*Da História Nascem os Valores e regras para a Cidadania...*” e tendo-se cumprindo o disposto no *Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril de 2010, alterado pelo Decreto - Lei n.º 137/2012, de 2 de julho*, foi elaborado o Projeto Educativo da Casa do Menino Deus para 2021-2024. Por acreditarmos que só através de uma aceitação conjunta das normas e finalidades da Instituição se cria o clima favorável à promoção da qualidade educativa, consideramos pertinente a aplicação de um questionário aos pais/encarregados de educação das crianças da Creche, Pré-escolar e escola do Primeiro Ciclo de forma a assegurar a sua participação no processo educativo. Este questionário, após uma breve contextualização, apresentava aos pais/encarregados de educação a possibilidade de escolherem de entre cinco temas, aquele que mais suscitava interesse em ser desenvolvido ao longo dos próximos três anos: *Mudar o presente...construir o futuro; Escola Ativa - inclusão, participação e intervenção na sociedade; Ser Criança no Século XXI - brincar, aprender e crescer nos valores; Despertar a consciência para um presente e um futuro inclusivo e sustentável; Os afetos na construção de um mundo justo e solidário*. O tema escolhido para o Projeto Educativo 2021-2024, com 42.3%, foi “*Ser Criança no Século XXI - brincar, aprender e crescer nos valores*” (ver gráfico 1). De salientar que a participação dos pais/encarregados de educação foi muito positiva (n=240), deixando clara a sua posição de verdadeiros parceiros educativos, preocupados em partilhar as responsabilidades educativas com a Casa do Menino Deus.

Gráfico 1

Resultados do processo de consulta dos pais/encarregados de educação

- Mudar o presente...construir o futuro;
- Escola Ativa - inclusão, participação e intervenção na sociedade;
- Ser Criança no Século XXI - brincar, aprender e crescer nos valores;
- Despertar a consciência para um presente e um futuro inclusivo e sustentável;
- Os afetos na construção de um mundo justo e solidário.



3.4.1 Caracterização familiar das crianças /jovens

A Casa do Menino Deus desenvolve a sua atividade na valência da Creche, do Ensino Pré-Escolar, do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Casa de Acolhimento. A oferta de diferentes valências e respostas sociais permite responder às diversas necessidades da população bem como dar continuidade à formação e ao desenvolvimento individual de cada criança e jovem.

Orientada para uma educação participada e ativa, esta Instituição prima pela importância que confere à família na educação dos filhos, por ser transmissora de valores éticos, morais e normas de conduta. Estamos atentos aos estudos científicos que têm revelado as vantagens e os benefícios da integração da família na escola. Quando os valores de ambas coincidem e se estabelece um trabalho de parceria e de responsabilidade entre pais e educadores estão reunidas as condições necessárias para a criação de um ambiente que fortaleça a aprendizagem feita na escola e em casa e, portanto, promova um sucesso educativo global.

Partindo desta premissa, a Casa do Menino Deus considera essencial o conhecimento e a caracterização da realidade familiar de cada criança e jovem. O estudo desta realidade permite, para além de uma atualização de dados, a construção de um projeto educativo sensível e adaptado às diferentes dinâmicas familiares.

3.4.2 Caracterização familiar das crianças que frequentam as valências de Creche, do Ensino Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico

O instrumento de medida utilizado para a recolha de dados foi um formulário eletrónico de caracterização familiar aplicada a todos os pais/Encarregados de Educação das crianças que frequentam as valências de Creche, do Ensino Pré-Escolar e da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Casa do Menino Deus. Este formulário permitiu recolher informação sociodemográfica dos pais/Encarregados de Educação (nível de escolaridade, profissão, número de irmãos, constituição do agregado familiar) e dos respetivos filhos (ocupação dos tempos livres). A recolha de dados efetuou-se entre 17 e 23 de maio de 2021 e constatou-se uma elevada adesão por parte dos pais/Encarregados de Educação. Cada educadora de infância/professora titular ficou responsável por enviar os formulários via eletrónica.

No formulário foram explicitados o objetivo e os cuidados éticos na recolha e tratamento dos dados, com finalidades exclusivamente de índole científica.

Resultados

Tabela 1. População e Amostra

Valências	N.º Total	N.º Total de respostas
Creche	100	73
Ensino Pré-Escolar	123	92
1.º Ciclo do Ensino Básico	127	75
Total	350	240

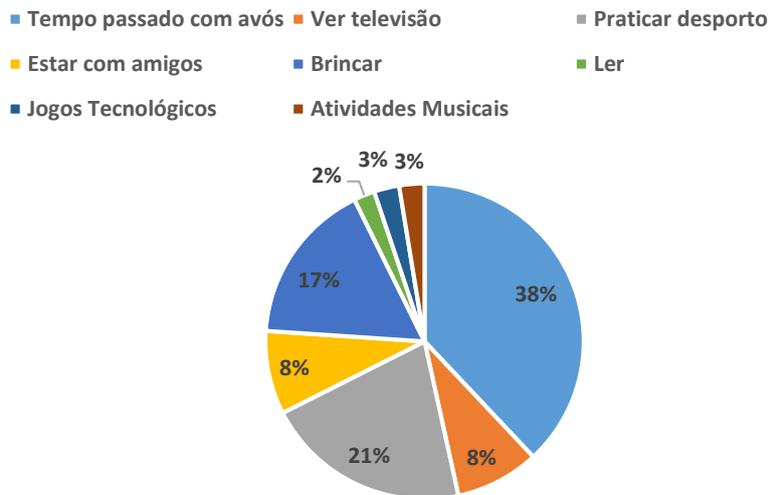
A amostra considerada para o presente estudo é constituída por 240 Pais/Encarregados de Educação das crianças que frequentam as valências de Creche, Ensino Pré-Escolar e Escola de 1.º Ciclo do Ensino Básico (*ver tabela 1*). Do que foi possível apurar através das respostas apresentadas, o encarregado de educação é maioritariamente a mãe (86.7%). Quanto ao agregado familiar, este é constituído, na sua maioria, pela mãe (94.2%), pelo pai (92.1%) e pelos irmãos (60.4%). Das crianças que têm irmãos, 68% têm um/a irmão/ã, 23% têm dois/duas irmãos/ãs e apenas 9% têm três irmãos/irmãs.

Relativamente à idade dos pais/Encarregados de Educação, estes têm em média 39.3 anos de idade. Particularmente, as mães têm uma idade compreendida entre os 25 e os 51 anos ($M=38.4$) e os pais entre os 26 e os 53 anos ($M=40.1$). No que confere ao estado civil dos mesmos, cerca de 75.4% são casados, 2.5% são divorciados, 8.3% são solteiros e 13.8% têm outra situação familiar.

No que confere à ocupação dos tempos livres, a maioria das crianças da nossa Instituição parece dedicar o seu tempo a conviver com os avós e a praticar desporto. A acrescentar a estas atividades e também com uma boa taxa de representatividade, estão o convívio com os amigos e brincadeiras recreativas. (*ver gráfico 2*).

Gráfico 2

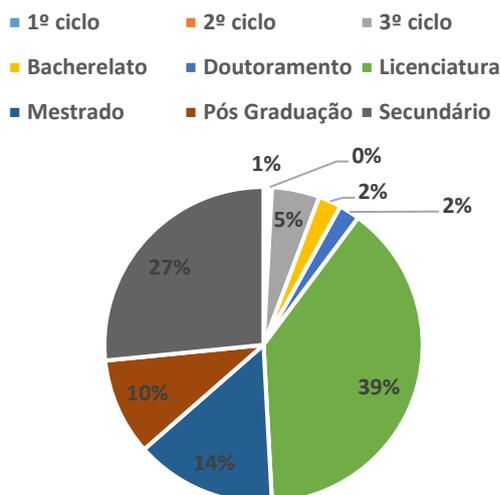
Ocupação de tempos livres



No que refere às habilitações académicas, foi possível verificar que grande parte dos pais/Encarregados de Educação é portador de uma Licenciatura (39%). Em seguida, é de realçar que 27% têm o Ensino Secundário, 14% têm Mestrado, 10% têm Pós-Graduação, 5% têm o 3.º Ciclo do Ensino Básico, 2% têm o Bacharelato e 2% têm um Doutoramento (*só foram considerados os valores mais significativos*).

Gráfico 3

Habilitações literárias da mãe e do pai (%)



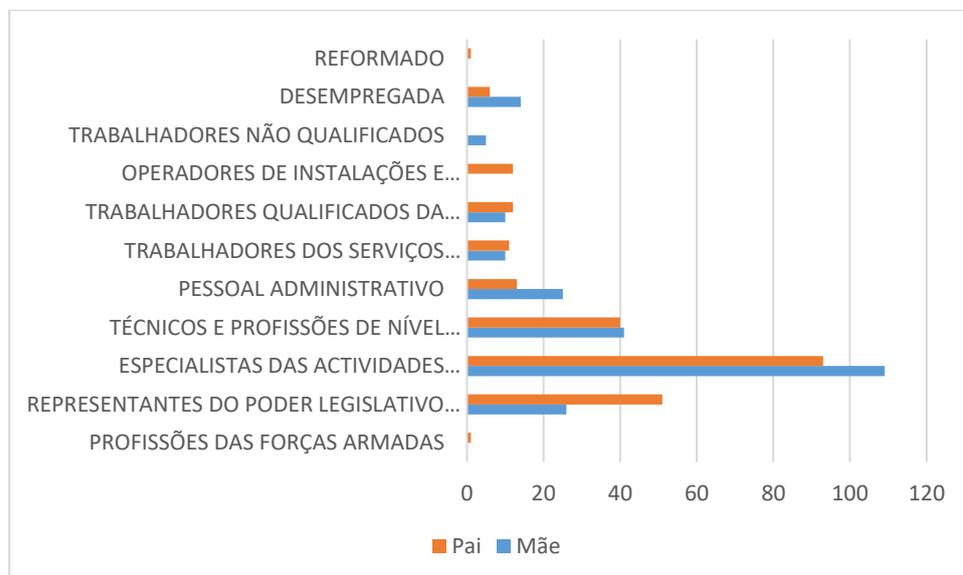
Relativamente à atividade profissional dos pais/Encarregados de Educação, classificou-se a sua profissão de acordo com a Classificação Nacional de Profissões (2010). A análise dos dados permitiu constatar que:

- 42% são especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (*Grupo 2 da CNP*) – Professores/as, Engenheiros/as, Advogados/as, (...);
- 42% são técnicos e Profissionais de Nível Intermédio (*Grupo 3 da CNP*) – Bancários/as, Escriturários/as (...);
- 16% são representantes do poder legislativo (*Grupo 1 da CNP*) – Empresários/as, Representantes de órgãos executivos, de administração pública, Direção e Gestão de empresas e outras organizações, (...);
- 4% exercem as suas funções em atividades dos Serviços Pessoais, de Proteção e Segurança e Vendedores (*Grupo 5 da CNP*) – Assistentes, Vendedores/as, Encarregado de Loja, Cabeleireiro, (...);
- 4% estão inativos no mercado de trabalho.

A análise do gráfico 4 permite verificar que grande parte das mães e pais se enquadra no Grupo 2.

Gráfico 4

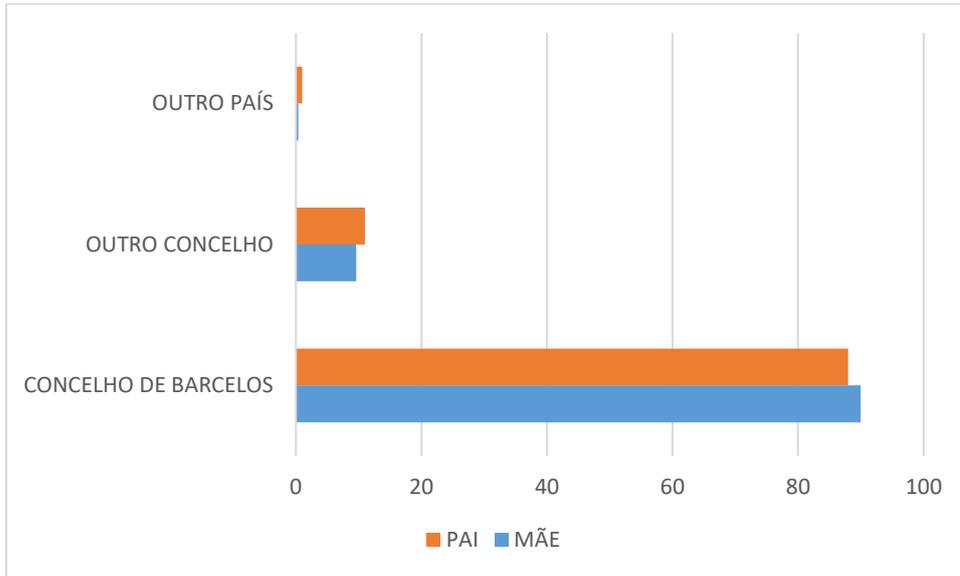
Atividade profissional da mãe e do pai



No que refere à zona de residência, a maior parte dos pais reside no concelho de Barcelos (90%) e noutra concelho (10%) (*ver gráfico 5*).

Gráfico 5

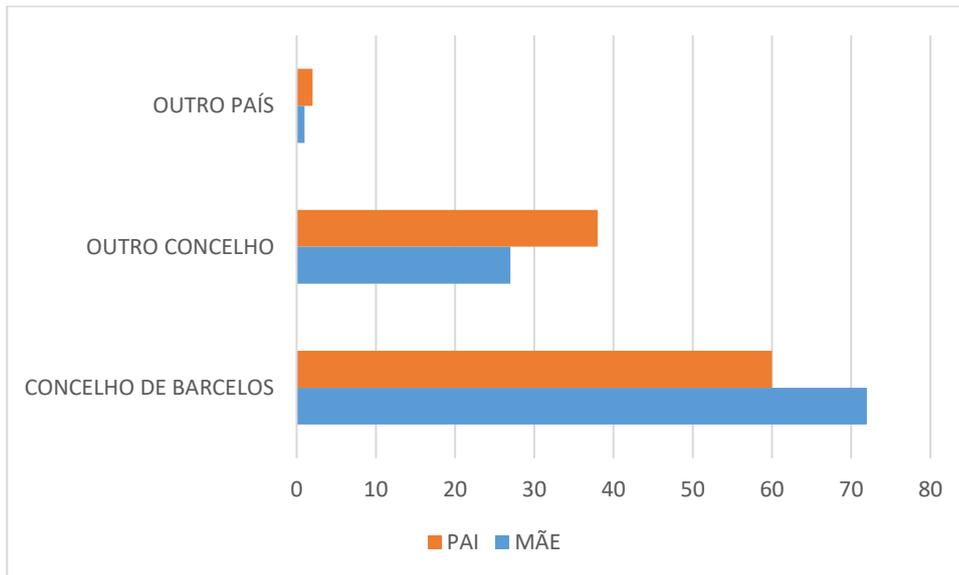
Local de residência



Relativamente ao local de trabalho, a maioria dos pais encontra-se a trabalhar no concelho de Barcelos (65%), fora do concelho (33%) e fora do país (2%)(ver gráfico 6).

Gráfico 6

Local de trabalho



3.4.3 Caracterização familiar das crianças/jovens da Casa de Acolhimento

Equipa Técnico-Educativa da Casa de Acolhimento

O acompanhamento das crianças e jovens acolhidas na Casa de Acolhimento é realizado por uma equipa Técnico-Educativa multidisciplinar, constituída por um Diretor, uma Diretora Assessora, uma Diretora Técnica, uma Assistente Social, duas Psicólogas e dezoito Ajudantes de Ação Educativa. A função desta equipa é, essencialmente, a planificação e a gestão de todo o quotidiano da Casa, bem como o acompanhamento especializado das crianças/jovens.

O horário de trabalho da equipa técnica é flexível, por forma a adequar-se às necessidades e exigências da Casa. A equipa educativa trabalha por turnos, havendo Ajudantes de Ação Educativa que trabalham no horário da manhã (das 7h às 14:30h), outras no horário da tarde (14:30h às 22h) e outras, ainda, no horário da noite (22h às 7h). De referir que os horários da manhã e da tarde são rotativos, havendo troca de horários de quatro em quatro meses. Por sua vez, o horário da noite é fixo. O objetivo é a prestação eficaz, diária e contínua de serviços, de forma a promover a segurança e o bem-estar geral das crianças e jovens.

Na equipa de apoio consta uma Secretária/Administrativa, uma Cozinheira, uma Ajudante de cozinha, uma Costureira, uma Lavadeira, dois trabalhadores dos Serviços Gerais, uma Porteira e Motorista.

As equipas técnica, educativa e de apoio trabalham diariamente numa estreita articulação, com o objetivo de definir e desenvolver um projeto de vida seguro e coeso para estas crianças e jovens, procurando reduzir o impacto que a separação familiar e de todo o meio envolvente teve e tem nas suas vidas. O nosso trabalho é orientado segundo uma dinâmica de reforço quer por estímulos positivos, quer por reforço da autoestima e, ainda, pela procura recorrente das competências/ capacidades de cada criança e jovem. Acreditamos que, ao reforçarmos os aspetos positivos, estamos a incentivar uma formação segura, confiante, estável e integrada.

a) Caracterização dos grupos e Espaço Interior da Casa de Acolhimento

A Casa de Acolhimento está organizada em quatro grupos, a saber:

- Grupo do Pôr-do-Sol, com capacidade para 15 crianças/jovens, do género masculino, com idades compreendidas entre os 3 anos e os 14 anos;
- Grupo da Primavera, com capacidade para 16 jovens, do género feminino, com idades compreendidas entre os 15 anos e os 18 anos;
- Grupo do Arco-Íris, com capacidade para 14 jovens, do género feminino e bebés do género masculino com idades compreendidas entre os 4 meses e os 14 anos.
- Unidade Pré-Autonomia, com capacidade para três jovens com idades compreendidas entre os 18 anos e os 21 anos. Esta Unidade implica já a aquisição de diversas competências e alguma autonomia. A passagem para esta Unidade está relacionada, sobretudo, com o nível de maturidade demonstrada pelas jovens. Esta Unidade está encerrada desde março de 2020 e foi convertida em unidade de isolamento face ao atual período pandémico.

Neste momento, a Casa de Acolhimento tem integradas 29 crianças e jovens, com idades compreendidas entre 1 ano e 5 meses e os 18 anos. A maioria é do Concelho de Barcelos, as restantes são, entre outros, de Vila Verde, Amares, Vila Nova de Famalicão, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Fafe e Lisboa.

Para o ano letivo 2021/2022 foram realizadas as seguintes matrículas:

**TABELA 1 - CRIANÇAS E JOVENS MATRICULADAS NO ENSINO NO ANO LETIVO
2021/2022**

Crianças e Jovens matriculadas no ensino no Ano Letivo 2021/2022		
Número de Crianças/Jovens	Escolaridade	Escola
3	Creche	Creche Casa do Menino Deus
1	Ensino Pré-Escolar	EPE Casa do Menino Deus
3	1.º Ciclo do Ensino Básico	Colégio da Casa do Menino Deus
3	2.º Ciclo do Ensino Básico (Educação Especial)	E.B. 2/3 Gonçalo Nunes

7	3.º Ciclo do Ensino Básico (<i>Ensino Regular</i>)	E.B. 2/3 de Gonçalo Nunes Colégio La Salle Escola Secundária Alcaides de Faria
2	3.º Ciclo do Ensino Básico (<i>Educação Especial</i>)	Colégio La Salle
3	Ensino Secundário (<i>Ensino Regular</i>)	Escola Secundária Alcaides de Faria
6	Ensino Secundário (<i>Curso Profissional</i>)	Profitecla ACIB Escola Secundária de Barcelos Escola Secundária Alcaides de Faria
1	Ensino Secundário (<i>Educação Especial</i>)	Escola Básica e Secundária de Vale D' Este

No que se refere à estrutura física da Casa, esta encontra-se em bom estado de conservação. A valência conta com quatro pisos:

- Rés-do-chão, apesar de se tratar de uma zona comum a toda a Instituição, neste espaço existem áreas direcionadas também para a Casa, como a lavandaria, a cozinha e dois refeitórios;
- Segundo piso, é onde se concentra a maior atividade da Casa. Neste piso, existem as instalações do Arco-Íris (o primeiro piso é constituído por uma sala de convívio, duas casas de banho, três quartos e uma calçadeira e espaço de apoio; o segundo piso tem quatro quartos, três casas de banho e uma sala de arrumos); uma Unidade de Pré-Autonomia (três quartos com casa de banho cada, uma cozinha e uma sala de convívio); um gabinete de Psicologia; um Gabinete para a Equipa Técnica; as instalações do Pôr-do-sol (uma sala de convívio, quatro quartos com três camas e dois quartos com duas camas, tendo todos casa de banho privativa; um espaço onde se encontra um armário para arrumos, uma calçadeira e dois W.C. para as funcionárias; uma enfermaria; um

espaço para a Equipa Educativa; um espaço de arrumos; uma sala de convívio; uma sala de estudo; uma sala de informática e uma sala de reuniões);

- Terceiro piso, onde se iniciam as instalações da Primavera e, aqui, podemos encontrar dois espaços de arrumos e uma sala de convívio;
- Quarto piso (continuam as instalações da Primavera), onde podemos encontrar uma casa de banho com chuveiro; um hall de entrada; cinco quartos com capacidade para três camas cada e um quarto com uma cama; uma sala de estar; duas casas de banho e dois chuveiros.

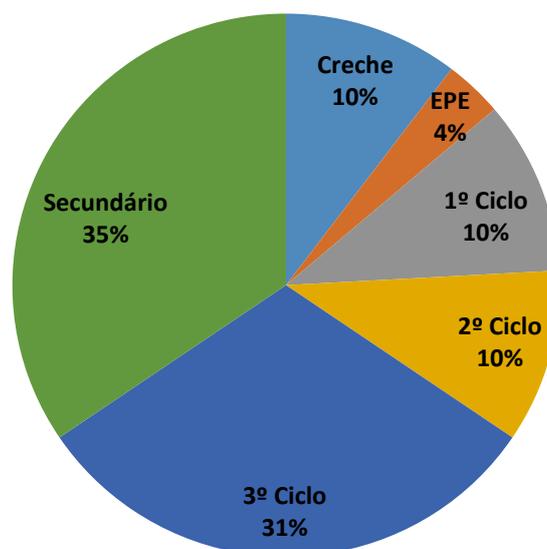
b) Caracterização geral das crianças/jovens da Casa de Acolhimento e sua rede familiar

Atualmente encontram-se acolhidas na Casa de Acolhimento 29 crianças e jovens, dos quais 17 do sexo feminino (59%) e 12 do sexo masculino (41%). As idades das crianças e jovens variam entre 1 ano e 18 anos com média de idades de 12,2.

Todas as crianças e jovens acolhidos estão sobre medida de Promoção e Proteção, sendo que a entidade responsável pelo acompanhamento dos processos de 17 das crianças e jovens é o Tribunal (EMAT) (59%) e nos restantes a CPCJ (41%).

No referente à escolaridade, a maior parte das crianças e jovens frequenta o ensino secundário (35%) e o terceiro ciclo (31%) (*Gráfico 7*).

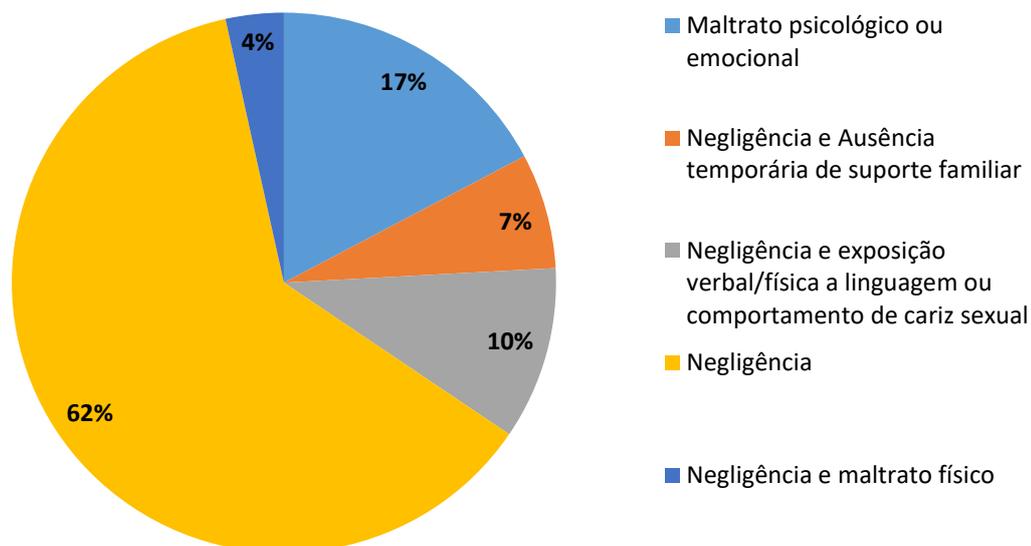
GRÁFICO 7



O Projeto de Vida da maioria das crianças e jovens acolhidos é a reintegração na família nuclear (83%), seguido de autonomização (10%) e acolhimento permanente (7%).

No que diz respeito aos motivos que levaram ao acolhimento residencial, 62% das crianças e jovens foram acolhidas devido a algum género de negligência entre os quais podemos enumerar situações de exposição a modelos parentais desviantes, falta de supervisão e acompanhamento familiar, ao nível da educação, da saúde e na adoção de comportamentos de risco por parte das crianças e jovens. Em 17% das crianças e jovens verificamos situações de mau trato psicológico ou emocional (exposição a violência doméstica e depreciação ou humilhação); em 10% algum género de negligência e exposição verbal/física a linguagem ou comportamento de cariz sexual; em 7% algum género de negligência e ausência temporária de suporte familiar; e em 4% algum género de negligência e maltrato físico (*Gráfico 8*).

GRÁFICO 8



Relativamente às características das crianças e jovens, verificámos que 45% das crianças e jovens acolhidas frequentam (regular ou irregularmente) consultas de Psicologia e 24% frequentam consultas de Pedopsiquiatria. Além disso, há crianças e jovens que frequentam consultas de Medicina Geral e Familiar, Medicina Dentária, Dermatologia, Neurologia, Nutrição, Medicina Física e Reabilitação, Terapia a fala e Pediatria.

De forma a finalizar, no que concerne ao regime de visitas, verificamos que atualmente 90% das crianças e jovens têm visitas com os familiares enquanto 10% encontram-se sem visitas. A maioria das crianças e jovens (59%) está autorizada a passar os fins-de-semana com pernoita em casa de familiares, 38% não estão autorizadas e um dos menores (3%) está autorizado a passar os fins-de-semana sem pernoita. Das 26 crianças e jovens atualmente com visitas, verificamos que 88% têm visitas no exterior da Instituição e/ou no interior da Instituição sendo que 12% das visitas no interior são supervisionadas pela Equipa Técnica e/ou Educativa).

As crianças e jovens são de origem russa (1), ucraniana(1), venezuelana (1), espanhola (1), etnia cigana (4) e as restantes de origem portuguesa. São provenientes do concelho de Barcelos (20), Fafe (3), Vila Verde (2), Braga (1), Viana do Castelo (1), Amares (1) e Famalicão (1).

O principal objetivo da Casa de Acolhimento é proporcionar os meios que conduzam à valorização pessoal das crianças e dos jovens, promovendo um acolhimento de qualidade que atenda às suas necessidades emocionais, cognitivas e sociais tendo em vista a sua efetiva (re) integração familiar e social ou a sua plena autonomia.

De acordo com o *Guia Prático – Medidas de Promoção e Proteção e Apoios Sociais – Crianças e Jovens em Situação de Perigo (ISS, 2017)*, a Casa de Acolhimento tem como objetivos específicos:

- a) Assegurar alojamento;
- b) Garantir a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos;
- c) Proporcionar o apoio social e educativo adequado à idade e características de cada um;
- d) Elaborar o diagnóstico de cada criança e jovem e definir os respetivos projetos de vida, com vista à inserção familiar e social ou a outro encaminhamento que melhor se adegue à sua situação;
- e) Intervir junto da família juntamente com as entidades e as instituições que promovem os direitos das crianças e jovens.

De acordo com a Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, e com vista ao alcance dos objetivos definidos, a Casa baseia-se nos seguintes princípios orientadores de intervenção:

a) *Interesse superior da criança e do jovem — a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, nomeadamente à continuidade de relações de afeto de qualidade e significativas, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;*

b) *Privacidade — a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;*

c) *Intervenção precoce — a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida;*

d) *Intervenção mínima — a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do jovem em perigo;*

e) *Proporcionalidade e atualidade — a intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação de perigo em que a criança ou o jovem se encontram no momento em que a decisão é tomada e só pode interferir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade;*

f) *Responsabilidade parental— a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem;*

g) *Primado da continuidade das relações psicológicas profundas — a intervenção deve respeitar o direito da criança à preservação das relações afetivas estruturantes de grande significado e de referência para o seu saudável e harmónico desenvolvimento, devendo prevalecer as medidas que garantam a continuidade de uma vinculação securizante;*

h) *Prevalência da família — na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem em família, quer na sua família biológica, quer promovendo a sua adoção ou outra forma de integração familiar estável;*

i) *Obrigatoriedade da informação — a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito*

a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;

j) *Audição obrigatória e participação* — a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida, bem como os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção;

k) *Subsidiariedade* — a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais.

Para concretizar estes objetivos daremos ênfase a 7 áreas que se afiguram fundamentais pela sua dimensão abrangente.

ÁREAS	OBJETIVOS	MEIOS
Familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Manter sempre que possível contactos periódicos com a família; • Sensibilizar para a importância dos laços afetivos entre os familiares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento nas visitas institucionais; • Contatos periódicos com as famílias; • Organização de encontros.
Escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver técnicas de promoção de competências de estudo; • Estimular o gosto pela leitura e escrita; • Aumentar o rendimento/ aproveitamento escolar; <ul style="list-style-type: none"> ▪ Orientação vocacional ou profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento escolar diário na Casa de Acolhimento; • Presença regular nos atendimentos escolares; • Estreita relação entre a Casa de Acolhimento e a escola.
Saúde e Higiene	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar atitudes críticas face à saúde; • Reforçar a importância da higiene e da organização dos espaços; • Promover a saúde oral; • Adquirir hábitos alimentares saudáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Consultas em diversas especialidades; • Sessões de formação/informação.

<p>Regras para a cidadania</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a integração saudável e responsável nos diferentes contextos sociais (Casa de Acolhimento, escola, etc); • Desenvolver a discussão, a crítica e a reflexão sobre determinados temas; • Promover a formação de cidadãos responsáveis, ativos e autónomos; • Educar para os direitos humanos; • Educar para a igualdade e não discriminação; • Educar para o ambiente; • Educar para a solidariedade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Integração nas diferentes atividades comunitárias do seu meio social; • Sessões de formação/informação.
<p>Pessoal</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o bem-estar físico e mental de cada criança e jovem; • Promover competências pessoais (ao nível da autoimagem, dos cuidados e higiene pessoal, dos sentimentos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento psicológico; • Organização de atividades de promoção: <ul style="list-style-type: none"> ▪ da saúde e prática desportiva; ▪ de competências e hábitos de leitura; ▪ de lazer e ocupação dos tempos livres.
<p>Espiritual</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a transmissão dos valores humanos-cristãos, morais e cívicos; • Educar na fé de modo a atingir uma formação que permita enfrentar a vida com esperança e otimismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sessões de reflexão individual; • Participação na catequese • Celebração de épocas festivas (Natal, Páscoa, Mês de maio, etc.); • Momentos de Oração.
<p>Lúdico-Recreativo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o relacionamento interpessoal; • Despertar para a curiosidade; • Estimular o contato com a sociedade e cultura; • Promover a socialização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participar em atividades realizadas pela instituição e por instituições da comunidade; • Visitas de estudo.

4 Enquadramento Teórico

4.1 Ser Criança no século XXI

Ser criança no século XXI significa ter uma série de direitos como educação, saúde, alimentação e o fundamental direito à vida. Todas as crianças têm direito à liberdade, devem ser tratadas com dignidade e viver num ambiente saudável, longe de qualquer tipo de exploração, agressão, descuido e discriminação. Neste contexto, vale destacar que a infância nem sempre recebeu tanta importância quanto hoje.

A ONU (Organização das Nações Unidas), em 1959, aprovou a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que inclui direitos como igualdade, escolaridade gratuita e alimentação. Criou-se uma consciência sobre a importância das experiências durante a primeira infância e, com o objetivo de possibilitar seu melhor desenvolvimento, surgem políticas públicas e programas que ampliam as condições para sua cidadania.

“O ideal de infância do século XXI traz a imagem de uma criança feliz, saudável e inteligente, que tem a chance de desenvolver seu potencial máximo desde o início da vida.” Mas apesar de tanta evolução, ainda há grandes caminhos a serem percorridos. No que diz respeito à educação, por exemplo, a desigualdade começa ainda na primeira infância.

É importante refletir sobre a escola como local de desenvolvimento e proteção para as crianças. Podemos pensar que a escola tem sido mais um dos sítios, tal como a internet, entre outros, em que é possível a criança se tornar visível. É para a escola que as crianças pós-modernas vão diariamente. “A escola é o segundo contexto que a maioria das crianças frequenta regularmente, representando um espaço de convívio social onde são construídas, principalmente, as interações com os pares e com os professores. Após a entrada da criança na escola, os professores podem se tornar uma fonte de segurança e apoio emocional, contribuindo para a adaptação dos estudantes ao novo ambiente” (PETRUCCI; BORSA; KOLLER, 2016).

Dentro deste contexto, cabe destacar que a formação de qualidade do educador é de fundamental importância, uma vez que ele cumpre um papel essencial no desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade como um todo, considerando que o conhecimento é construído socialmente, no âmbito das relações humanas.

É costume dizer-se que o ser criança é a melhor fase das nossas vidas, porque a nossa principal tarefa é brincar e não temos responsabilidades.

As crianças são alegres, autênticas, sonhadoras, imaginativas, criativas, brincalhonas, tudo isto funciona de forma natural proporcionando um crescimento, motor, cognitivo e emocional, o que nos estrutura para a vida.

Não há alegria igual e tão genuína como a que mora no olhar de uma criança, porque não tem qualquer preocupação e os seus únicos medos são o escuro e as feras dos desenhos animados.

Estamos em pleno século XXI e começamo-nos a aperceber que as crianças de hoje são bastante diferentes das crianças das gerações dos finais do século XX e que as suas atividades são muito distintas do brincar na rua, do cair, do jogo do pião e do saltar as poças nos dias de chuva.

Os estímulos que se apresentam sobre as crianças de hoje são completamente distintos dos que se apresentavam nas gerações que nasceram antes da descoberta do telemóvel e do tablet e de outras tecnologias. Hoje, as crianças desenvolvem-se com mais rapidez, dominam todo o aparato mediático e tecnológico, mas perdem um sem número de vivências sociais que são de fulcral importância para o seu desenvolvimento.

As crianças de hoje “já nascem com um telemóvel na mão” o que os permite ver o mundo de uma forma bem diferente das gerações do século XX, terem acesso a todo o tipo de informação e à distância de um clique, interagirem com todos os países do planeta.

De facto, esta revolução tecnológica existente no início do século XXI mudou o mundo e está a mudar as nossas crianças, também. A dinâmica, os hábitos, a maneira de educá-las é diferente, hoje, aprendemos mais com elas, uma vez que estão sempre atualizadas com as transformações que ocorrem no seu quotidiano. Os valores e princípios que faziam parte da educação da criança também se modificaram.

As mentes das crianças estão a ficar dependentes da tecnologia. A realidade tem um ritmo muito mais lento, o que é insatisfatório para essas crianças. Além disso, com o tablet nas mãos, eles isolam-se de outras crianças e dos jogos reais.

A interatividade de um tablet ou jogos online cria sensações agradáveis que a criança pode repetir, sem descanso. Essa sensação é viciante porque ativa a dopamina.

Essa dopamina gera um estado de bem-estar, euforia e motivação, que faz que encontrem a satisfação quando têm um tablet na mão. Assim, os pais, em vez de ensiná-los a regular as emoções para que sejam adultos felizes e responsáveis, estão a promover uma dependência real.

Cris Rowan, uma terapeuta ocupacional pediátrica norte-americana defende que o uso excessivo de tecnologia provoca, problemas no desenvolvimento das crianças, a nível cerebral, cognitivo, motor e social: 1. Crescimento cerebral impróprio; 2. Atraso no desenvolvimento motor, cognitivo, linguagem verbal e não verbal; 3. Obesidade infantil; 4. Privação de sono; 5. Doenças mentais; 6. Agressividade; 7. Demência digital; 8. Vício em tecnologia; 9. Emissão de radiação.

É urgente devolver às crianças a alegria, a autenticidade, o sonho e a criatividade, devolvendo a possibilidade de brincarem umas com as outras, de se sujarem, esmurrarem os joelhos, treparem árvores, porque assim se tornam seres sociáveis, desenvolvem as suas habilidades motoras finas e grossas, competências sociais e emocionais e pessoais, bem como hábitos de alimentação saudável.

Temos de começar desde já a proteger as crianças do século XXI, não proibir o acesso à tecnologia, mas ter em conta um papel preventivo por parte dos pais ao esperar até a idade apropriada para usar esses recursos e promover o uso racional e responsável. Isso inclui não apenas o controle do número de horas de uso da tecnologia, mas também o conteúdo consumido.

Da mesma forma, ao supervisionarmos o comportamento das crianças na vida real, também devemos fazê-lo com relacionamentos virtuais. Pedimos às crianças que tomem cuidado com estranhos na rua, mas teremos de perguntar o mesmo com as pessoas que entram em contato nas redes sociais. As regras da vida real também servem ao trânsito pelo mundo digital. É nossa responsabilidade apoiar e orientar as crianças a terem a alegria, a desfrutar de uma infância socialmente rica e bem divertida.

4.1.1 Perfil do aluno

O projeto de Autonomia e Flexibilização Curricular, instituído pelo Despacho nº 5908/2017, de 5 de julho, e a partir de 2018/2019, pelo decreto-lei nº55/2018, de 6 de julho, ancorado em documentos como o **Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória**, as **Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE)**,

as **Aprendizagens essenciais** (AE), que se traduzem no conjunto essencial de conteúdos, de capacidades e atitudes para o desenvolvimento do Perfil do Aluno, o **Decreto-Lei nº 54/2018** sobre o regime jurídico da educação inclusiva e diferenciação pedagógica e a recente **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania**, apresentam-se como uma nova oportunidade para as escolas estabelecerem as suas prioridades e definirem as opções que melhor se adequem aos desafios do seu projeto educativo, visando o desenvolvimento de cidadãos do séc. XXI mais criativos, comunicadores, conscientes, dinâmicos, colaborativos e responsáveis.

Esta estratégia nacional de educação para a cidadania, de natureza transdisciplinar, vem, igualmente, reforçar o papel da cidadania na formação das crianças e jovens bem como uma adequada formação para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em 2017, o Governo português constituiu também a "**Iniciativa Nacional de Competências Digitais e.2030, Portugal INCoDe.2030**", um programa integrado de política pública que visa promover as competências digitais.

Portugal deve assim promover um novo quadro de competências digitais orientadas para o futuro e para as oportunidades que emergem, estimulando um quadro renovado de confiança nas novas gerações.

As competências digitais são essenciais para o exercício pleno da cidadania, bem como são da maior importância para o desenvolvimento de um pensamento crítico e multifacetado, e para promover a inclusão, a autonomia, o bem-estar e a justiça social.

4.1.2 Novas tecnologias e o Ensino à distância

A educação a distância é uma modalidade de ensino que tem como foco tanto os professores e alunos, como as novas tecnologias. Isso porque essa modalidade é mediada por ferramentas tecnológicas, ou seja, acontece por meio delas.

Num cenário de distanciamento social, essas ferramentas podem ser usadas de várias formas diferentes. Nesse contexto, todas as tarefas são desenvolvidas para dar mais autonomia aos alunos, que devem usar os recursos disponíveis para obter conhecimento.

Devido ao sucesso das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), hoje, os alunos podem usar a internet para entrar em ambientes virtuais de aprendizagem, se comunicar, assistir videoaulas, tirar dúvidas e muito mais.

Para explicar melhor a importância dessa prática educacional, fizemos uma lista com as principais vantagens proporcionadas pela tecnologia na educação a distância.

A educação a distância oferece aos alunos um método de ensino que corresponde ao perfil de adolescentes e crianças no século XXI, visto que o ensino remoto tem como base as novas tecnologias.

Esse modelo de ensino também corresponde ao aumento do interesse, no que diz respeito aos professores, por recursos tecnológicos que podem ser usados durante o processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, a modalidade em questão corresponde às necessidades dos alunos de hoje, que já buscam, por conta própria, aprender por meio das novas tecnologias. E também possibilita, por parte dos professores, o oferecimento de metodologias mais flexíveis, como o ensino híbrido.

4.2 Aprender a Brincar e Brincar a Aprender

O aumento do brincar, em cada uma das suas formas e expressões, deve ser uma prioridade na educação pré-escolar, visto que representa um campo privilegiado para o exercício da imaginação e para o desenvolvimento da criatividade.

Para Maria José de Araújo (2009), o brincar é desvalorizado socialmente, uma vez que não é algo concreto e reconhecido como proveitoso para uma aprendizagem formal. Neste âmbito, Teresa Vasconcelos (2012) refere que “a atividade lúdica não se opõe às propostas curriculares com uma intencionalidade: deve integrar e dinamizar essas mesmas propostas” (p.33).

Froebel (citado por Reis, 2003: 115) afirma que “o jogo é a mais elevada expressão do desenvolvimento humano na criança, porque só por si é a livre expressão daquilo que está na alma da criança. É o produto mais puro e espiritual da criança e ao mesmo tempo é um tipo e uma cópia da vida humana em todas as fases e em todas as relações”.

O brincar é característico em crianças dos 2 aos 6 anos, sendo neste período do desenvolvimento infantil que o brincar simbólico é mais importante. As crianças

simulam uma ação ou um objeto com um significado diferente do seu significado habitual na vida real. É uma forma de a criança adquirir importantes competências a nível social, intelectual, criativo e físico, promovendo a interação entre as crianças, bem como entre as crianças e o adulto se este se envolver nas suas brincadeiras.

Se o brincar é útil no desenvolvimento, como pode ser usado na concretização do currículo para a Educação Pré-Escolar? Os educadores têm, de facto, um papel fundamental a desempenhar, devendo apoiar as crianças no desenvolvimento do brincar. Esse apoio passa por estimular, encorajar ou desafiar (Moyles, 2006). Para tal, devem proporcionar materiais estruturados e desafiantes, mas também participar nas suas brincadeiras. O mais importante é que o adulto observe o brincar espontâneo da criança e atue para desenvolvê-lo, em vez de organizar as atividades desde o início.

Vygotsky (1978, citado por idem/ibidem) defendeu que “o adulto desempenha um papel-chave como auxiliar da aprendizagem infantil” (p. 36). Divulgou, também, o conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP). A criança com um certo nível de competência em uma determinada habilidade que pode ser realizada de modo independente e sem ajuda encontra-se no nível de desenvolvimento real. Por outro lado, a criança encontra-se no nível de desenvolvimento proximal, se apoiada por um adulto, essa capacidade pode ser um pouco ampliada, para que a criança possa tentar algo ligeiramente mais complexo. A diferença entre estes dois níveis é a ZDP, em que a área de desenvolvimento corresponde ao que a criança é capaz de compreender com a ajuda do adulto ou dos seus pares.

As conceções de Vygotsky apontam para o papel do adulto em apoiar o desenvolvimento da criança, deixando espaço para o brincar livre, mas também para a estruturação do brincar ou das atividades de uma forma adequada ao desenvolvimento individual de cada uma.

É importante referir que o direito da criança ao brincar foi universalmente aceite na Declaração das Nações Unidas dos Direitos da Criança em 1959 e reiterado na Convenção dos Direitos da Criança. Neste contexto, deverá constituir “um instrumento de apoio incontornável para os profissionais que trabalham com a valência da infância e que, no seu dia-a-dia, se deparam com omissões, ou respostas inadequadas a situações que podem comprometer os roteiros de vida das nossas crianças” (Pereira, 2006: 10). Se este é um direito universal das crianças, então, o JI “é um espaço institucional em que o seu ofício é, por excelência, brincar” (Ferreira, 2004: 412).

Para a criança, brincar é uma necessidade essencial e, como tal, trata-se de compreender que brincar é um direito. Os tempos livres devem pertencer-lhe integralmente, assim como deve participar na definição do quer fazer (Araújo, 2009).

Na realidade, os pais tendem a desvalorizam o brincar dos filhos, retirando a sua importância e considerando-o uma perda de tempo. Ao não entenderem essa importância, os pais não se envolvem nas brincadeiras dos filhos, perdendo-se, assim, um potencial desenvolvimento intelectual e emocional. Quando os pais assumem uma atitude positiva em relação ao brincar, as crianças tendem a ser mais criativas e imaginativas.

O envolvimento parental é fundamental na nossa sociedade.

4.2.1 Brincar no século XX e no século XXI

A sociedade em que vivemos valoriza a superexposição de tudo o que se faz. E no caso das crianças a super valorização está focada no quanto a criança está ocupada com atividades que possam agregar na sua vida. Afinal, quanto mais atividades, mais "conhecimento" essa criança terá.

Em contraponto podemos afirmar que no século XX a imaginação era a líder de todas as brincadeiras. Com os grupos de amigos da vizinhança, no intervalo na escola ou com os cães como melhores amigos, estivesse o calor mais abrasador ou a chuva miudinha, a diversão só acabava quando o Sol começava a pôr-se e as mães iam à janela chamar para jantar. E os miúdos chegavam a casa com a roupa numa desgraça e a cara cheia de terra como testemunhos de um dia bem passado na rua.

4.2.2 Transformações que podemos fazer

Estar na e com a natureza ensina-nos muito, e inspira-nos. Essa relação somada à nossa capacidade de observar e criar pode também transformar elementos. Foi assim que seguimos, até hoje, no desenvolvimento da espécie humana.

O facto é que quando a criança brinca, desenvolve a capacidade de observar, criar e transformar. Isso pode acontecer em diversos níveis, como na aproximação com os adultos.

E tudo isso pode se manifestar pelo brincar livre e intergeracional, quando as crianças mais novas adquirem repertório na brincadeira com as crianças mais velhas enquanto fazem suas próprias brincadeiras.

Criar seus próprios brinquedos é um processo que faz parte da cultura da infância. Faz parte de experimentar, testar, imaginar.

“Nada ilumina tanto o cérebro quanto o brincar”

Para o pesquisador, embora o brincar seja comumente associado à infância, o ato não deve se limitar a essa fase da vida. A perda dessa capacidade, bem comum na fase adulta, em sua análise, diz de uma perda de cultura.

Brown reforça que a brincadeira não precisa de outro propósito que o simples facto de brincar; e que, exigir além disso é deslegitimar o ato. Nessa perspectiva, coloca que as brincadeiras podem estabelecer conexão somente com o corpo, ou deste com algum objeto e que, de qualquer forma, parte de uma curiosidade, de uma necessidade de exploração.

Além de ser uma maneira acessível das crianças fazerem a sua leitura do mundo, a brincadeira possibilita o desenvolvimento de aspetos físicos, motores e cognitivos, bastante indispensáveis para a saúde e bem-estar delas. Valores como companheirismo, autonomia, liderança e solidariedade também estão embutidos em diversas formas do brincar. Por isso, a defesa de que as escolas respeitem o tempo das brincadeiras, sem que seja colocada nelas, intencionalmente, uma proposta de aprendizagem ou a interferência de adultos.

A experiência da brincadeira, por si só, acaba por contemplar um potencial educativo, visto que estão colocadas nessas situações a imaginação e a criatividade da criança, e o envolvimento do corpo e mente.

4.3 Princípios e Valores

“A Educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo, o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.”

(in n.º 5 art.º 2.º - Lei de Bases do Sistema Educativo)

A definição explícita de princípios e valores partilhados e aceites por todos os atores educativos permite que toda a comunidade caminhe na mesma direção, promovendo a formação integral de todas as crianças/jovens.

A Casa do Menino Deus orienta todas as suas atividades com base em três princípios educativos:

- Desenvolvimento Religioso;
- Desenvolvimento Intelectual e Científico;
- Desenvolvimento Integral do Indivíduo.

Estes princípios orientadores da ação educativa assentam em valores como:

- | | |
|----------------------------|----------------------------|
| - Profissionalismo e Rigor | - Inclusão |
| - Humanismo | - Liberdade |
| - Tolerância | - Autonomia |
| - Disciplina | - Solidariedade e Respeito |
| - Conhecimento | - Cooperação |
| - Responsabilidade | - Sentido de justiça |

4.3.1 Objetivos Educativos

- Promover ambientes de aprendizagem que vejam a criança/jovem como um ser singular, com características físicas, emocionais e psicológicas particulares;
- Promover o sucesso educativo e reconhecer o mérito, no sentido de alcançar um elevado desempenho académico;
- Estimular a curiosidade, o gosto pela aprendizagem e pelo saber diversificado;
- Valorizar os saberes e os conhecimentos, estimulando a aquisição de competências fundamentais a uma formação ao longo da vida;
- Contribuir para a formação de crianças/jovens mais competentes ao nível dos saberes académicos, mais autónomos e mais solidários;
- Promover uma cidadania ativa e esclarecida, formando cidadãos responsáveis, críticos e participativos na Casa e no meio envolvente;
- Reforçar a interação Escola – Comunidade;

- Promover o envolvimento e a participação de todos os interessados, no processo educativo e na vida da escola;
- Promover uma formação e uma atualização científica e pedagógicas constantes de todos os agentes educativos;
- Projetar a imagem da escola enquanto instituição de referência e de qualidade;
- Incrementar o bem-estar e a qualidade do trabalho entre os elementos da comunidade educativa, oferecendo as melhores condições de segurança, de ensino-aprendizagem, de trabalho e de lazer.

4.3.2 Crescer nos valores a aprender a brincar

É importante que se eduque a pensar no futuro, pois as crianças de agora serão os adultos do amanhã. Numa sociedade em constante transformação, sujeita a grandes alterações no que diz respeito a valores e princípios, às relações humanas, a par do ritmo com que se desenvolve toda a tecnologia e informação, cabe aos educadores e famílias um desempenho cada vez mais ativo e interventivo, numa tentativa de acompanhar o desenvolvimento da sociedade, no sentido de contribuir para uma educação de qualidade das crianças.

É agindo e interagindo com os outros e com o que a rodeia, que a criança constrói o seu conhecimento, inclusivamente sobre si mesma, e que desenvolve as bases para estruturar a sua personalidade. Estas interações com o meio físico e social, resultantes da própria ação da criança sobre o meio, constituem experiências de carácter físico, cognitivo, social ou afetivo que contribuem, de forma integrada, para o seu desenvolvimento (Piaget, 1966).

4.3.3 Avaliação

“A avaliação em educação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, em cada nível de educação e ensino e implica princípios e procedimentos adequados às suas especificidades.”

(Circular n.º4 /DGIDC/DSDC/2011)

A avaliação pode ser entendida como um processo que permite reconhecer a pertinência e o sentido das oportunidades educativas oferecidas, controlando a qualidade das mesmas. Os principais objetivos da avaliação a este Projeto Educativo prendem-se sobretudo com a identificação de problemas e obstáculos que estejam a impedir, de uma forma total ou parcial, o desenvolvimento das metas e a consecução dos objetivos educativos; a avaliação do impacto do projeto na comunidade educativa e a criação de outros mecanismos para ultrapassar os problemas detetados e consequentemente aperfeiçoar o desenvolvimento do projeto.

A avaliação do Projeto Educativo deve ocorrer em diferentes momentos (partindo do pressuposto que se trata de um documento aberto e disponível a reformulações de modo a aproximar-se cada vez mais da realidade da Casa), deve ser organizada de diferentes formas envolvendo sempre todos os intervenientes no processo educativo, tornando a avaliação mais autêntica e significativa. As metodologias de avaliação, que serão utilizadas ao longo do desenvolvimento de todo Projeto Educativo, irão funcionar como estratégias pedagógicas de responsabilização de todos os intervenientes e serão estruturadas de forma a possibilitar a sistematização dos resultados e a implementação de ações com vista ao aperfeiçoamento dos processos e à promoção do sucesso educativo (Azevedo *et al.*, 2011).

De entre as diferentes metodologias de avaliação a adotar, destacam-se as *observações diretas* das atividades desenvolvidas; a *análise documental*; as *reflexões com os alunos* (estes devem ser envolvidos no processo de avaliação, tornando-a mais genuína); as *reuniões/reflexões com os pais/encarregados de educação* (fundamental que estes sejam implicados neste processo sobretudo no que se refere às atividades nas quais participam); *reuniões/reflexões com e entre as equipas* e as *autoavaliações sistemáticas do desempenho dos educadores/professores* (acreditamos que uma das principais funções enquanto profissionais de educação é a de avaliar, constantemente, a nossa ação, discutindo os métodos, as estratégias e os resultados visando uma reestruturação e melhoria da nossa ação pedagógica em prol das necessidades e interesses das crianças/jovens).

5 Metas e Prioridades

O Colégio da Casa do Menino Deus, no seu projeto Educativo, propõe-se:

- a. Fazer da Casa do Menino Deus um espaço de bem-estar, em amizade, paz e trabalho, fomentando um clima de reflexão e de abertura ao outro;
- b. Proporcionar à criança uma formação sólida e de qualidade, que o prepare para o futuro, para o prosseguimento de estudos e para a vida ativa;
- c. Possibilitar à criança a observação crítica do mundo em que se encontra inserido, marcado por grandes desigualdades sociais, a fim de que desenvolva atitudes de solidariedade, justiça e tolerância - pedagogia de valores;
- d. Promover o diálogo, a tolerância e o espírito crítico, aberto para que a família seja um local de fraternidade e comunhão e de afetos
- e. Estabelecer uma estreita relação Família/Escola apoiando-a na sua ação educativa;
- f. Criar momentos de partilha e debate entre a Escola e a Família que contribuam para o processo educativo das crianças;
- g. Despertar para a consciência da dignidade de todo o ser humano e reconhecer a importância das diferenças na construção de uma sociedade aberta e plural;
- h. Procurar que as relações interpessoais tenham como dinâmica fundamental o amor cristão.
- i. Promover o desenvolvimento global e harmonioso dos alunos, no sentido de favorecer a sua autorrealização, na dupla dimensão individual e social:
- j. Estimular a aprendizagem de relações positivas do indivíduo com o ambiente, no sentido de criar um espírito de responsabilização individual e coletiva na solução e prevenção de problemas ambientais;
- k. Educar para o Conhecimento e Valorização dos Direitos Humanos.
- l. Assegurar a aquisição e o domínio dos saberes específicos das várias disciplinas curriculares, procurando articulá-los numa perspetiva globalizante.

- m. Assegurar o domínio da Língua Portuguesa (numa perspetiva de transversalidade), enquanto suporte fundamental da comunicação, do acesso ao conhecimento, da criação e fruição da cultura e da participação na vida social.
- n. Favorecer a participação dos professores e do pessoal não docente em atividades de formação contínua, de modo a melhorar a qualidade do seu desempenho profissional;
- o. Fomentar um clima positivo de relações humanas, baseado na abertura, na transparência, na cooperação e na convivialidade.
- p. Promover a valorização e humanização dos espaços educativos.
- q. Estabelecer um relacionamento construtivo com as entidades e instituições exteriores à Escola.
- r. Divulgar, discutir e fazer cumprir o Regulamento Interno.
- s. Incrementar a dinamização cultural da Escola, apoiando propostas dos alunos e de todos os intervenientes da Comunidade Educativa.
- t. Educar para a saúde, suporte do bom desenvolvimento e da qualidade de vida pessoais, nomeadamente através de hábitos alimentares equilibrados e saudáveis, da aquisição de hábitos de higiene e da promoção de estilos de vida saudáveis.
- u. Dar estímulos organizacionais, assentes numa cultura organizacional para motivação, empenho e participação ativa e criativa dos elementos da comunidade educativa, que propõe uma liderança democrática, humanizada, transparente, equitativa e ancorada no valor da cidadania.
- v. Assegurar a disciplina numa perspetiva positiva e integradora, para o bom desenrolar do processo ensino-aprendizagem e relacionamento interpessoal.
- w. Exercer a cidadania contribuindo, por meio da Educação, para o desenvolvimento da Sociedade e respeito pelo meio ambiente.
- x. Incentivar os alunos a utilizar e descodificar os meios de comunicação social, no que diz respeito ao acesso e à utilização das tecnologias de informação e comunicação, promovendo a adoção de comportamentos e atitudes adequados a uma utilização crítica e segura da Internet e das redes sociais.

- y. Promover a integração e a inclusão escolar de crianças e jovens com necessidades específicas de aprendizagem implementando estratégias, desenvolvendo atividades e adotando procedimentos favorecedores da inclusão.
- z. Difundir a individualização e personalização de estratégias educativas, enquanto método de prossecução do objetivo de promover competências universais que permitam a autonomia e o acesso pleno à cidadania por parte de todos.
- aa. Preparar para os avanços tecnológicos, proporcionando formação e prática no uso das novas tecnologias da informação.
- bb. Formação centrada na conjugação dos valores éticos e estéticos, colocando a criatividade ao serviço do bem comum;
- cc. Sensibilização estética – aprender a ver, ouvir, sentir e comunicar – de modo a estimular a criatividade contínua de jovens e adultos;
- dd. Ensino baseado na afetividade e numa relação de proximidade adulto / criança assente numa conceção de que a escola é vida e não apenas preparação para a vida; Aprendizagem centrada na prática, pela via da resolução de problemas e pela experimentação segundo a metodologia de aprender fazendo;
- ee. Pedagogia do projeto desenvolvida numa lógica transversal e transdisciplinar, de modo a promover a aprendizagem integral do objeto e a constituição de um conhecimento global, por via da colocação enfática dos problemas;

5.1 Linhas Orientadoras

O Projeto Educativo implementa-se e desenvolve-se através dos seguintes princípios orientadores:

- Desenvolvimento nos alunos da compreensão de si e dos outros e da capacidade de relacionamento com os grupos de inserção.
- Promoção da compreensão crítica da realidade social, científica, cultural e tecnológica em que se insere, contribuindo para a formação de cidadãos tolerantes, justos, autónomos e civicamente responsáveis.

- Incentivo ao domínio de instrumentos que possibilitem o acesso a autoinformação, autoformação, reflexão crítica e a aquisição de sentido estético e capacidade criativa.
- Desenvolvimento de aptidões e atitudes de participação e de intervenção social na escola, no trabalho e na sociedade de acordo com os valores da Educação Cristã.
- Desenvolvimento do domínio de saberes e capacidades necessários ao prosseguimento de estudos.
- Contribuição para a melhoria da qualidade da educação, em particular no que se refere às condições de trabalho dos alunos, dos professores e do pessoal não docente.
- Incentivo à participação na vida escolar dos encarregados de educação, de associações e organizações, públicas e privadas, no sentido do desenvolvimento da eficácia, da intervenção comunitária e da autonomia da instituição escolar.

5.2 Objetivos

- Reconhecer a importância das relações afetivas;
- Estabelecer laços de amizade e confiança;
- Envolver ativamente e cooperativamente os pais e a comunidade;
- Promover o diálogo, a tolerância e o espírito crítico;
- Criar momentos de partilha e debate com as famílias, que contribuam para o processo educativo das crianças e jovens;
- Despertar nos pais a necessidade de serem exemplo e testemunho dos valores que querem transmitir aos filhos;
- Proporcionar um espaço onde a criança/ jovem encontre as condições necessárias e adequadas ao seu pleno desenvolvimento humano-cristão;
- Proporcionar à criança/ jovem uma formação sólida e de qualidade, que a prepare para o futuro, para o prosseguimento de estudos e para a vida ativa;

- Despertar para a consciência da dignidade de todo o ser humano e reconhecer a importância das diferenças na construção de uma sociedade aberta e plural;
- Estimular o confronto com diferentes formas de pensar e agir preparando-o para a vida coletiva e social;
- Desenvolver, junto das crianças/ jovens atitudes de solidariedade, justiça e tolerância, através de uma pedagogia dos Valores;
- Reconhecer a importância da demonstração dos afetos;
- Desenvolver competências comunicacionais que facilitem a escuta e partilha de sentimentos e experiências;
- Procurar que as relações interpessoais tenham como dinâmica fundamental o amor cristão;
- Formar integralmente cada aluno, de modo a prepará-lo para participar de forma ativa e plena na sociedade;

5.3 Estratégias

Dos valores inerentes à missão do Colégio, resulta a definição de linhas de ação. As estratégias assumem um carácter transversal e estruturante de modo a constituírem-se como instrumentos de operacionalização deste projeto.

- a. Valorizar a importância das competências da Língua Portuguesa e promover a sua correta utilização em todas as formas de comunicar.
- b. Fomentar o gosto pela leitura e pela escrita através de concursos literários, promovendo encontros com escritores, jornalistas e outros agentes promotores da arte de bem comunicar.
- c. Promover o gosto pelo raciocínio lógico e matemático através de campeonatos internos disputados entre alunos e da participação em concursos promovidos por outras entidades.
- d. Fomentar o interesse pela descoberta e pela investigação através de práticas em laboratório.
- e. Promover a interdisciplinaridade através de projetos transdisciplinares desenvolvidos por várias disciplinas ou áreas disciplinares, nomeadamente a Área de Projeto.

- f. Promover o interesse pela História e cultura portuguesas através de visitas de estudo e de contactos diretos com a comunidade envolvente.
- g. Promover o conhecimento do mundo através da História, da Geografia e da Arte.
- h. Promover a facilidade na comunicação através do estudo de línguas estrangeiras.
- i. Fomentar a capacidade criativa através da participação em concursos promovidos pelo colégio ou por entidades externas.
- j. Promover o respeito pelo próximo e a sua valorização através da consciencialização do valor de todos na sociedade. Embora seja uma preocupação transversal a todas as disciplinas, é a Formação Cívica o espaço privilegiado para desenvolver nos alunos uma atitude solidária, tolerante e humanitária.
- k. Respeitar o ritmo de cada aluno no processo de ensino – aprendizagem proporcionando-lhe tempo e aulas de reforço de aprendizagem.
- l. Promover a defesa do ambiente através de práticas ecológicas e participação em projetos deste âmbito.
- m. Fomentar a utilização de meios técnicos de informação na perspetiva do alargamento do conhecimento global.
- n. Promover a educação para a saúde através do incentivo à higiene pessoal e coletiva;
- o. Prática do desporto através de aulas curriculares e de complemento curricular.
- p. Promover o gosto pela aventura proporcionando experiências novas.
- q. Dotar os professores de capacidades científicas e humanas que lhes permitam desenvolver a sua atividade com proficiência através da formação contínua e da aquisição de material didático adequado e atualizado para esse fim.
- r. Promover a formação contínua do pessoal auxiliar.
- s. Promover a convivência e a aproximação da família ao meio escolar através da comemoração de datas festivas e outros eventos.
- t. Incentivar e proporcionar o convívio multicultural.
- u. Vivenciar a partir de jogos e brincadeiras laços de companheirismo e vínculos afetivos

- v. Possibilitar à criança uma vivência lúdica criativa e estimular o resgate de valores, socializar brincadeiras realizadas em aulas, descobrindo o prazer de brincar.

5.3.1 A Estratégia da Qualidade

A Casa do Menino Deus aposta na excelência dos seus serviços como resposta de eficácia, procurando exceder as expectativas dos seus clientes. Para obter tais resultados é imprescindível o envolvimento de todos os intervenientes – Direção, Colaboradores, Clientes e demais Parceiros.

Neste sentido implementamos um Sistema de Gestão da Qualidade. Para tal desenvolveremos as seguintes estratégias:

- a. Apostamos na melhoria contínua dos nossos serviços;
- b. Procuramos qualificar os Recursos Humanos;
- c. Avaliamos as necessidades das famílias e ajustamos o funcionamento da Instituição, de acordo com os horários profissionais dos pais;
- d. Procuramos diversificar as atividades nas diferentes Respostas Sociais.

5.3.2 Política da Qualidade

A Política da Qualidade da Casa do Menino Deus tem os seguintes objetivos:

- a. Pretende ser uma Instituição reconhecida pela excelência dos serviços prestados à comunidade envolvente;
- b. Inovar continuamente e implantar melhorias com audácia, assegurando o desenvolvimento e a sustentabilidade da Instituição;
- c. Assegurar uma formação inovadora e com qualidade atendendo aos valores éticos e morais, numa perspetiva educacional para a Cidadania;
- d. Implementar o Sistema de Gestão da Qualidade que integrará todas as Respostas Sociais da Instituição;
- e. Respeitar a vida, as pessoas, as diferenças, a liberdade, as convicções religiosas, os ecossistemas e a conservação do meio ambiente;

- f. Promover formação contínua e adequada dos colaboradores, de forma a possibilitar a criatividade e a eficiência no dia-a-dia, contribuindo para as expectativas e satisfação dos nossos utentes.

6 Organização

6.1 Oferta Curricular 1.º Ciclo do Ensino Básico

O Colégio da *Casa do Menino Deus*, enquanto estabelecimento de ensino, segue o currículo definido pelo Ministério da Educação para os níveis de ensino que ministra, o Primeiro Ciclo do Ensino Básico.

Sendo o currículo das escolas básicas portuguesas um currículo uniforme, planeado centralmente, há, no entanto, algumas áreas que permitem uma margem de opção e atuação, que cabe a cada escola explorar, tendo em vista as finalidades educativas que considera prioritárias.

Assim, como o Colégio é uma Instituição Católica, os alunos frequentam também a disciplina de EMRC, através da qual se procura formá-los para aqueles valores mais essenciais da humanidade, em especial em amar os outros, valor excelente provindo do enquadramento cristão da afetividade; a oferta estende-se a Filosofia, Inglês diário (1º e 2º ano) e Laboratório de Ciências Experimentais. Esta oferta curricular é de frequência obrigatória.

6.2 Oferta Curricular do Ensino Pré-Escolar

O Ensino Pré-Escolar segue as Orientações Curriculares do Ministério da Educação (2016), fixados em quadro legislativo próprio, bem como as Metas de Aprendizagem estabelecidas a nível nacional para o Ensino Pré-Escolar.

6.3 Atividades de Complemento Curricular

A Casa do Menino Deus promove atividades de complemento curricular estimulantes para o desenvolvimento integral da criança. São atividades de frequência facultativa, mediante pagamento, sujeitas ao regime de assiduidade e avaliação.

Pretende-se a estimulação do desenvolvimento da criança/jovem, na sua componente afetiva, emocional, cognitiva, comunicacional, social e motora, através da implementação de práticas lúdico-pedagógicas intencionais, estruturadas e organizadas.

6.4 Métodos de Ensino

Pretendemos formar cidadãos críticos, intervenientes e tolerantes, pelo que valorizamos a utilização de métodos de ensino ativos, que favorecem a participação real dos alunos em contexto de aprendizagem.

A predominância de um método expositivo favorece as relações impessoais, porque minimiza a multilateralidade da relação pedagógica. No entanto, para conseguir a implementação de métodos mais favoráveis à socialização do aluno, é necessário atuar noutras áreas, nomeadamente a organização de tempos letivos e a formação de professores, educadoras e pessoal não docente, de forma a operacionalizar aprendizagens em que os vários afetos possam ser o fio condutor da relação pedagógica.

6.5 A Avaliação dos Alunos

A avaliação não pode ser encarada unicamente como um conjunto de técnicas. É também um conjunto de atitudes que permitem valorizar as potencialidades de cada um, contribuindo para que cada aluno possa descobrir aquilo que o fará "crescer" em capacidades, em conhecimentos e em atitudes.

Será, pois, de privilegiar a função formativa da avaliação, dando uma atenção real ao domínio das atitudes.

Os critérios e os domínios da avaliação são definidos em Conselho de Docentes do 1.º Ciclo do Ensino Básico e em Conselho de Docentes do Ensino Pré-Escolar e aprovados em Conselho Pedagógico.

Este processo deve ficar terminado no final do ano letivo, de forma que no início do ano seguinte os Encarregados de Educação possam ser informados desses critérios.

6.6 Organização do Processo de Ensino (distribuição do Serviço Docente)

A relação interpessoal docente-aluno é a base natural da relação educativa e o mecanismo base da socialização. O perfil do docente inclui esta capacidade de empatia com os alunos e toda a comunidade educativa e a capacidade integradora dos afetos nas aprendizagens.

Deve ter-se a preocupação da estabilidade do corpo docente, para que as crianças não se sintam inseguras e manutenção dos mesmos docentes para os mesmos grupos durante o ano escolar.

Privilegia-se, também, o princípio da continuidade, quer no Ensino Pré-Escolar, quer no Primeiro Ciclo do Ensino Básico, de forma a garantir um maior conhecimento e aprofundamento dos laços afetivos estabelecidos nesta relação educativa.

6.7 Organização do Tempo Escolar

A necessidade de privilegiar métodos ativos e de aumentar o contacto do professor com os seus alunos é de certa forma incompatível com a demasiada segmentação do tempo escolar, pelo que se devem privilegiar períodos de tempo mais alargado de trabalho direto com as crianças.

6.8 Organização do Espaço Escolar

Para além de outras vantagens, a atribuição de uma sala «fixa» por turma permite desenvolver nos alunos uma atitude de maior responsabilização pelo «seu» espaço.

É fundamental que as normas de utilização da sala de aula (arrumação do material e manutenção da limpeza) sejam assumidas coletivamente por todo o conjunto de utilizadores – docente e crianças da sala, sendo, pois, muito importante a coordenação da socialização também a este nível.

A sala, para ser afetiva, precisa de ser agradável, familiar, de forma a tornar-se um espaço onde a criança queira e goste de estar, aprendendo a tratá-lo como se fosse a sua casa.

O uso de espaços próprios de recreio para cada grupo (Ensino Pré-Escolar e Primeiro Ciclo do Ensino Básico) é fator importante de coesão grupal e de identificação com os colegas, docente e auxiliares de educação.

6.9 Articulação entre Educadoras e Professoras

Planificar, ensinar e avaliar, deixaram de constituir as únicas tarefas da competência de um professor; embora fundamentais, o serviço da docência encontra-se atualmente alargado a outras obrigações e o serviço do professor deixou de ser um ato isolado.

Daí que se imponha a ação articulada dos professores: no âmbito de comissões de apoio ao Conselho Pedagógico ou à Direção Pedagógica, em grupos reduzidos de professores com interesses ou motivações comuns.

Essa ação pode versar áreas diversas: curricular, extracurricular, ocupação de tempos livres, complemento curricular, apoio/complemento educativo, provas de aferição, etc.

Deve merecer especial atenção a articulação entre o Ensino Pré-Escolar e a Escola do Primeiro Ciclo no ano de transição, assim como a articulação com as escolas onde os finalistas do Primeiro Ciclo do Ensino Básico frequentarão o Segundo Ciclo, em particular com o Colégio La Salle, com quem a Casa do Menino Deus tem uma parceria.

6.10 Organização das Turmas

Tendo em conta o tema deste PE, na constituição das Turmas e Grupos procurar-se-á estimular as ligações afetivas em continuidade, quer dos alunos entre si, quer das professoras/educadoras com os alunos.

6.11 A Avaliação do Desempenho Docente

A qualidade do ensino de uma escola está diretamente dependente da forma como os professores exercem as suas funções. Não menos importantes são as circunstâncias em que o ensino se desenrola.

A avaliação do desempenho dos professores é um dever e um direito consignado na Lei de Bases do Sistema Educativo, a qual preconiza que *“a progressão na carreira deve estar ligada à avaliação de toda a atividade desenvolvida (...)”*.

A Casa do Menino Deus pretende implementar a curto prazo um sistema de avaliação do desempenho, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho para o setor, as expetativas dos trabalhadores da Instituição e da própria Instituição.

7 O Plano Anual de Atividades

Este Projeto Educativo, enquanto núcleo agregador de princípios, valores e políticas que mobilizam e orientam os membros da Comunidade Educativa, constitui a matriz para o Plano Anual de Atividades que concretizam as linhas orientadoras do projeto.

Os critérios para a organização das atividades devem obedecer ao tema **“Ser Criança no século XXI: Aprender, Brincar e Crescer nos Valores”** que pretende ser agregador e funcionar como um centro polarizador das diversas atividades da/na Instituição.

8 Divulgação do Projeto Educativo

Este Projeto deverá ser divulgado junto de toda a Comunidade Educativa, em especial junto das Professoras, das Educadoras, do Pessoal Administrativo, do Pessoal Auxiliar de Ação Educativa, do Pessoal afeto aos Serviços Gerais e ainda junto dos Pais e Encarregados de Educação.

9 Avaliação e atualização do Projeto Educativo

A avaliação numa perspetiva formativa, elemento orientador e regulador da ação, será uma constante ao longo do processo. No final de cada ano é necessário saber-se até que ponto os objetivos foram atingidos. Assim, a avaliação deve ser contínua, através da observação e reflexão, e deverá envolver os seguintes intervenientes:

- Professores e Educadoras: em reuniões de Conselho de Docentes e de Educadoras;
- Alunos, através de inquérito;
- Auxiliares de Ação Educativa: em reuniões com a Direção Pedagógica;
- Encarregados de Educação: em reuniões com as Professoras Titulares de Turma.

O PE é objeto de avaliação no Conselho Pedagógico no final de cada ano letivo.

O PE é objeto de avaliação final/Global no termo do período de vigência. (três anos).

Será ainda de prever a elaboração e aplicação de questionários a todos os intervenientes acima referidos, no final do ano letivo de 2021/22 e no final 2022/23, com vista a uma reflexão sobre os resultados da aplicação deste projeto e à sua eventual reformulação.

10 Conclusão

A elaboração deste Projeto Educativo tem por base as normas legais associadas ao funcionamento do Sistema Educativo e um conjunto de princípios e valores que regem a Casa do Menino Deus.

Este Projeto terá a duração de 3 anos e estará aberto a reformulações e revisões sempre que haja essa necessidade. Por fim, pretende a formalização de um compromisso entre toda a comunidade educativa para se otimizarem os objetivos, as estratégias, os recursos e os processos de avaliação com vista à formação integral de todas as crianças/jovens e ao desenvolvimento de todos os agentes educativos.

11 Bibliografia

- Alava, M. & Palacios, P. (1993). *Será feliz uma criança no infantário?* Porto: Porto Editora.
- Arends, R. (2008). *Aprender a ensinar*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Azevedo, R. et al. (2011). *Projetos Educativos: Elaboração, Monitorização e Avaliação: Guião de Apoio*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação.
- Brickman, N. & Taylor, L. (1991). *Aprendizagem Activa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cardona, M. & Marques, R.(2008). *Aprender e Ensinar no Jardim de Infância e na Escola*. Chamusca: Edições Cosmos.
- Ferreira, M. (2004). «A gente gosta é de brincar com os outros meninos!», *Relações sociais entre crianças num jardim-de-infância*. Porto: Edições Afrontamento.
- Holt, J. (2001a). *Como aprendem as crianças*. Lisboa: Editorial Presença.
- Ministério da Educação. (1997). *Orientações curriculares para a Educação Pré-escolar*. Lisboa: ME.
- Ministério da Educação. (2017). *Perfil do Aluno à saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: ME.
- Moyles, J. (2002). *Só brincar? O papel do brincar na educação infantil*. Tradução de Maria Adriana Veronese. Porto Alegre: Artmed.
- Perrenoud, Ph. (2000). *10 Novas Competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed.
- “As brincadeiras das crianças no século XXI” in <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-82/as-brincadeiras-das-criancas-do-seculo-xxi/> retirado em 30 de setembro de 2021.
- “As brincadeiras das crianças no século XXI” in <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-82/as-brincadeiras-das-criancas-do-seculo-xxi/> retirado em 30 de setembro de 2021.
- “Brincar no século XXI” in <https://www.ipabrasil.org/post/o-brincar-no-s%C3%A9culo-xxi> retirado em 30 de setembro de 2021.

- “As novas tecnologias ao serviço do ensino à distância” in <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/as-novas-tecnologias-servico-educacao-distancia.htm> retirado em 30 de setembro de 2021.

Aprovado em 15 de outubro de 2021